

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Não convenceu

Dentro do governo, as áreas técnicas são contrárias ao afastamento do general Joaquim Silva e Luna da presidência da Petrobras. Alegam que uma mudança com viés puramente político provocará insegurança no mercado. Porém, Bolsonaro e a área política consideram que, do jeito que está, não dá para ficar.

Tal e qual

Há quem diga que, quando da entrada de Silva e Luna, o país viveu um período de estabilidade nos preços dos combustíveis. É essa estabilidade que o governo quer resgatar.

Entra, mas não atrapalha

O partido do ministro da Defesa, general Walter Braga Neto, ainda é uma incógnita, uma vez que tanto o Republicanos quanto o Partido Progressista não estão ansiosos por recebê-lo. Esta semana, porém, andou uma casa: A Vice-Presidência não será considerada "cota" de nenhum partido na hora de definir o ministério do segundo mandato, caso Bolsonaro seja reeleito.

Ele vai

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, vai mesmo para o PSD. Afinal, João Doria venceu a prévia e tem muita gente no ninho tucano dizendo que não dá para fazer uma eleição interna para, depois, não dar ao vencedor — no caso o governador de São Paulo — o direito de colocar sua campanha na rua. Afinal, a eleição é só em outubro.

Cumpram a lei

Desconfiado em relação à Justiça Eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro distribuiu, via Advocacia Geral da União (AGU), uma cartilha aos presentes à reunião ministerial. Ali, constam todas as condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral. Na avaliação do Planalto, todo cidadão é pouco no sentido de evitar uso da máquina, inclusive e-mails, e atos de campanha no horário de expediente. Embora o presidente possa disputar eleição no cargo, o governo considera que é preciso ter muita atenção para não dar

margem a ações judiciais que possam colocar a campanha ou pré-campanha em xeque nos tribunais eleitorais.

A cartilha foi distribuída aos ministros que ficam e também àqueles que deixam o governo em 31 de março, conforme fechado na reunião. Hoje, haverá um encontro no Planalto de um representante da AGU com todas as assessorias de comunicação dos ministérios para que sejam informados sobre as condutas vedadas no período eleitoral.



CURTIDAS

A aposta de Márcio França/ Ao aparecer como segundo colocado na pesquisa de intenção de voto para o governo de São Paulo, Márcio França não pretende abrir mão dessa disputa. Considera mais fácil, num estado conservador, chegar ao segundo turno nessa disputa do que vencer Luiz Datena na corrida para o Senado.

Heuter Andrey/AFP



Enquanto isso, no PT.../ Embora Fernando Haddad (foto) lidere a corrida para o governo paulista, os petistas estão preocupados, com receio de que uma união dos candidatos conservadores no segundo turno contra o ex-prefeito.

...e no PSDB.../ Além do próprio Doria, o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, pré-candidato ao Palácio dos Bandeirantes, tem tudo certo para concorrer à reeleição, quando Doria deixar o cargo daqui a 10 dias para ser candidato a presidente. É mais um a jogar contra a qualquer mudança no resultado das prévias.

Enfermagem/ Funcionou a mobilização dos enfermeiros no aeroporto e no Congresso para a apreciação do projeto que define o piso salarial da categoria. Na semana que vem, vota-se a urgência para análise da proposta. É uma sinalização que, agora, todas as demais categorias querem adotar.

PODER / Corte de R\$ 3,2 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, promovido por Bolsonaro, se mantém. Mas parlamentares derrubam várias canetadas presidenciais, tal como a que isenta o setor de eventos de impostos por 5 anos

Batalha dos vetos no Congresso

» DEBORAH HANA CARDOSO
» TAÍSA MEDEIROS

Não foi desta vez que os vetos do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 foram derrubados. Devido à falta de acordo entre as bancadas, continua vigendo o corte de R\$ 3,2 bilhões, que inclui R\$ 1,4 bilhão em emendas aprovadas por comissões parlamentares, além de R\$ 988 milhões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A situação já estava complicada de manhã, na sessão da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que adiou, também, a apreciação do PLN 01/22 — que trata das despesas para pagamento da folha de servidores federais ativos e militares. Devido a uma mensagem encaminhada pelo Palácio do Planalto, o que dificultou ainda mais o fechamento de um acordo, a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), decidiu suspender os trabalhos.

“É preciso que haja uma reunião de líderes, coordenadores e parlamentares para que possamos coordenar esforços para promover o debate e a votação”, propôs. A expectativa é de que o projeto orçamentário para este ano seja votado na próxima reunião da CMO, dia 22, e consiga ir ao Plenário.

Mas esse não foi o único adiamento do dia. Também ficou para depois a análise do veto que autoriza que 1% das ações da Eletrobrás seja vendido a funcionários demitidos, depois da desestatização aprovada no ano passado. Para o Ministério da Economia, caso essa transação seja permitida, poderia distorcer o processo de precificação das novas ações da estatal.

Na sessão conjunta do Congresso, foram analisados 31 vetos

presidenciais e 14 tiveram a votação adiada por falta de acordo entre as bancadas. Mas um dos que foram derrubados foi o do projeto que contempla o setor de eventos. O autor da proposta, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), explicou que a decisão do Legislativo foi uma questão de justiça — entre as propostas, isenta esse ramo da economia de impostos por cinco anos.

“É o primeiro projeto para o setor de eventos, que foi duramente punido. Foi o primeiro a parar e o último a voltar. Será um combustível para que o ramo tente se recuperar os prejuízos”, explicou o parlamentar.

Conta do Fundeb

O Congresso também derrubou o veto presidencial que impedia que estados e municípios de usar outra conta, que não a específica para movimentação dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), para pagar salários aos professores com o dinheiro do fundo.

Outro veto derrubado foi o que acabava com a taxa de fiscalização dos cobrada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos ônibus interestaduais e internacionais — as empresas têm de pagar, anualmente, R\$ 1,8 mil por cada veículo registrado na entidade reguladora. Os parlamentares acreditam que, assim, o preço das passagens terá condições de cair, apesar do recente aumento do diesel anunciado pela Petrobras.

Os parlamentares também derrubaram o impedimento de se entender os prazos de validade de concursos públicos homologados antes da pandemia — a ideia é não prejudicar os candidatos aprovados antes da crise sanitária.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Lira pretende apresentar a PEC do novo sistema de governo ainda este ano para votar em 2023

Grupo estuda semipresidencialismo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), instituiu, ontem, o grupo de trabalho para estudar a adoção do semipresidencialismo no país. O colegiado terá prazo de 120 dias para concluir os trabalhos, podendo o prazo ser prorrogado por igual período. O deputado criou, ainda, um conselho consultivo, presidido pelo ex-ministro da Defesa Nelson Jobim e com a participação da ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie e do ex-presidente Michel Temer (MDB), que vai assessorar os deputados.

Lira destacou o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) como

coordenador do colegiado, que contará ainda com outros nove parlamentares de oito partidos — Novo, PP, PV, Republicanos, PTB, PCdoB, União e Pros. Moreira é um dos grandes defensores da mudança do regime político do Brasil e é autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do tema.

Exemplo europeu

A mudança no regime político do Brasil criaria o cargo de primeiro-ministro, responsável pela formação do conselho de ministros, nomeados pelo presidente

e aprovados pelo Congresso. Se aprovado pelo Legislativo, o Brasil teria um sistema de governo semelhante, por exemplo, aos de Portugal, França e Polônia.

No semipresidencialismo, o gabinete cuidaria do governo, exercendo a administração federal. O presidente da República permaneceria como chefe de Estado e comandante das Forças Armadas. Eleito pelo voto direto, ele poderia dissolver a Câmara em caso de crise institucional ou falta de apoio parlamentar. Também continuaria a nomear ministros do STF e embaixadores.

Pelo ato de Lira, o grupo do semipresidencialismo poderá realizar audiências públicas e reuniões com “órgãos e autoridades no estudo do objeto em debate”. A ideia de Lira é apresentar, ainda neste ano, a proposta de mudança da forma de governo a fim de que seja votada no primeiro semestre de 2023.

Depois de ouvir lideranças, o presidente da Câmara afirmou que a proposta deve sugerir a adoção da nova forma de governo em 2030. O prazo distante seria uma forma de evitar acusações de casuismo contra a medida.

» Câmara aprova PL da violência institucional

A Câmara aprovou um projeto de lei que criminaliza a violência institucional — quando a vítima de crime violento é submetida a “procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos” que a faça reviver a situação. A pena prevista é de detenção de três meses a um ano e multa. O PL tem por base o julgamento do caso Mari Ferrer, cujas imagens da audiência do processo de estupro foram divulgadas. No episódio, o advogado Claudio Gastão Filho, defensor do empresário André Camargo Aranha, disse que Mari “ganha pão com a desgraça dos outros”. O juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, não interrompeu o advogado.